boletim apubh
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

Boletim Informativo da Associação dos Professores Universitários de B.H. – Ano 1 – Nº 7 – Outubro/90

Editorial

E AGORA JOSÉ?

Os problemas de fundo da Universidade continuam. A greve por salário, verba e autonomia ficou no ensaio. O paliativo dos 30%, por não ser sólido, desmancha no ar. Resiste-se novembro e dezembro, com a segunda parcela do décimo terceiro.

Em janeiro, não haverá o reajuste do tamanho que desejamos e a venda de parte dos quarenta e cinco dias de férias. Poder-se-á utilizar a antecipação das férias e do décimo terceiro. Aí, teremos as férias que merecemos.

Em termos práticos, jogou-se a problemática de hoje para março de 1991. Nessa época, o governo Collor estará completando um ano. O Congresso, renovado, tomará posse. Teremos certeza do tamanho da recessão, do arrocho e das exigências do FMI. Em compensação, o Plano Collor não será mais novidade. A verdadeira força do governo será conhecida. O conhecimento das condições objetivas será pleno. Mas agora, o que fazer?

No bojo da campanha salarial de emergência, nas reuniões por Unidade, nas Assembléias, foram intensas as reflexões sobre o Movimento Docente: sua natureza, suas estratégias de atuação, seu perfil institucional, os instrumentos de decisão e de intevenção, notadamente, a greve.

Na desmobilização que se seguiu à retirada do indicativo, continuam as avaliações sobre o movimento: a disposição de luta, as condições objetivas para a greve, a atuação da Diretoria da APUBH e da ANDES-SN, os movimentos contrários à greve, os setores mobilizados, a conjuntura adversa, etc.

O Boletim da APUBH abre espaço para a exteriorização destas reflexões, publicando um artigo de duas colegas da FALE na página 2. Estamos também organizando um Caderno Especial para a análise do nosso movimento. Envie suas observações para serem publicadas. Este exame crítico precisa ser realizado.

No meio de tantas colocações, algumas coisas ficaram claras para a Comissão de Mobilização: um grupo restrito de professores não está mais disposto e não tem condições de levar uma greve difícil e prolongada para o benefício de todos. Ou a greve virá com grande participação e mobilização ou não mais acontecerá. O MD pode ter sido máquina de greve, que operava no automático. Hoje, não é mais.

A despeito da mobilização crescente e dos esforços de nossos bravos militantes a disposição política interna, não foi suficiente para desencadear um movimento grevista e sustentá-lo. A mobilização nacional também não foi construída. Da intensidade de pressão depende a aceleração ou retardamento das negociações. Nesta conjuntura, os sentimentos de preservação do movimento prevaleceram sobre a disposição ao enfrentamento. Optou-se pelas campanhas publicitárias que estão sendo realizadas.

A greve não houve; seu salário continua do mesmo tamanho. Novas formas de luta ficaram nas alternativas. As questões de fundo da Universidade permanecem. A mobilização caiu. Os problemas foram postergados para 91. E agora José?

SALÁRIOS, PERSPECTIVAS, "ETCETERA"

1 - Se a regra do reajuste salarial a ser aplicado aos Servidores Públicos Federais em janeiro for o IRVF acumulado em 1990, descontada a antecipação de 30%, ou se for a média do salário "efetivo" dos últimos 12 meses, também descontada a antecipação, o que nos espera, na melhor das hipóteses, não atinge os 60% de correção. É justo?

2 - Em reunião conciliatória em Brasília, o TST ofereceu aos funcionários do Banco Central em greve, uma antecipação de 15% sobre o salário de outubro - este já acrescido dos 30% concedidos aos SPF. Os funcionários do Banco Central não aceitaram. Eles querem 235% e a mudança da data-base para setembro, para serem considerados bancários, e não Funcionários Públicos Federais. A greve já atinge as principais capitais, com interrupções de várias atividades-chaves para as políticas monetária, cambial e financeira. É justo!

3 - No Rio Grande do Sul, um capitão-dentista do Exército foi presso por denunciar publicamente as péssimas condições salariais dos militares. Segundo a fonte da informação (J. B. de 24/10/90), o episódio foi agravado pelo fato do capitão estar fardado...

4 - Já em Brasília, o Brigadeiro Sócrates Monteiro, da Aeronáutica, reconheceu que a situação salarial dos militares é "angustiante". Para o Ministro, os 30% de antecipação representam apenas um oxigênio para que o paciente possa aguentar mais um período. (O Globo, 24/10/90).

5 - Os dirigentes das IFES receberam em 23/10 o telex nº 16002, oriundo da SENESU (Secretaria Nacional de Educação Superior), alertando que, se na apropriação da folha de pagamento referente aos meses de outubro, novembro e dezembro não se incluir o montante dos descontos dos dias não trabalhados pelos servidores, haverá bloqueio de recursos com "prejuízo do pagamento dos demais servidores". Se tal absurdo vier a ocorrer, a Justiça do Trabalho deve ser acionada imediatamente.

6 - Enquanto isto, as transações de títulos públicos entre o Banco Central e o Tesouro Nacional continuam sendo remunerados pelo IPC do IBGE pleno. Ou seja, incluídos aqueles 84% de inflação de março, e os 44% de abril que que não foram incorporados aos salários, porque, segundo o governo, não existiram... lembram-se?

7 - Já em São Paulo, os Shopping-Centers adotaram uma criativa maneira de corrigir mensal ou quinzenalmente os seus preços. O critério é o do BTN "igepeizado", o que na prática significa incorporar à variação do BTN, no período, algo em torno de 50% - a mais, é claro. (J.B. 24/10/90).

8 - E as mensalidades de colégios, heim? A bandeirada é 125%, retroativos a setembro. E a taxa de matrícula para 1991, também corrigida, deve ser paga em novembro. Lá se foram os 30%!

– A voz do silêncio –

Aqui vai um depoimento de duas professoras da FALE/UFMG que viveram a hora da mobilização e agora tentam refletir sobre o que ouviram e sentiram, durante esse período, nas assembléias interna e gerais.

Dessa vez o discurso era outro. Não mais verbas e salários, mas apenas a questão salarial estava em pauta, o que pesou demais na cabeça de alguns professores. Como de outras vezes, algumas unidades se mantiveram à distância, pois lutar por salário é secundário, na medida em que ser professor é, para eles segundo emprego, ou melhor, um bico que qualquer vinte mil réis "ganha a paga" (questão de status!)

Ficou explícito, também, que lutar por salário não é uma prática condizente com a ação do intelectual. Reconhecer-se como categoria sindicalizada é algo menor. E será que há uma categoria dos professores universitários? Optou-se pelo silêncio e pelo salário de fome. Por quê?

A frase "cansados de fazer greve" compôs o discurso de grande maioria. Novas formas de luta foi uma reivindicação presente, muitas vezes, mas que, ao longo da mobilização, permaneceu inconsistente. Em termos de Brasil Novo, Brasil Colorido, o que aqui se ouviu soou como eco do Planalto. Para um país que, a essa altura, investe na modernização como palavra de ordem (de uns), acreditar no que a história tem confirmado como prática de luta é muito pouco, não é ser vanguarda. Antes, preferiu-se crer em um (im)possível novo mito: a novidade e, na certeza desta, não se percebeu a decadência de uma categoria que não soube traçar o perfil do seu profissional.

Cobertos por ameaças fantasmagóricas (cortes de salário e demissões), justificou-se uma "nova postura" que, na verdade, já é rotina nos corredores e salas de aula das escolas. Na defesa dos credos pessoais, pesquisa e ensino, hoje, são práticas que se autojustificam. A grande dúvida é saber como sustentá-las. Como garantir que o espaço universitário não se transforme em "set terapêutico"? Porque algo deve estar dando certeza para aqueles que hoje evitam mobilizar-se ou, mesmo, reconhecer-se como parte de um grupo.

De tudo um pouco, o que fica é o sentimento de que a intelectualidade conseguiu assumir, dessa vez, a retarguarda da História. Da latência passa-se ao manifesto: explicita-se a fragilidade e o amadorismo de uma classe, que sabe ensinar, pesquisar, levar seus conhecimentos à comunidade, ações que lhe garantem o reconhecimento como profissional, mas que não sabe usar a sua voz para exigir os seus direitos.

A retirada do indicativo de greve do dia 10 de outubro de 1990 provocou diferentes avaliações. Para uns, esse fato demonstrou amadurecimento da luta; para outros, perplexos, traduziu um retrocesso. Mas, mais do que prós e contras, esse fato trouxe à baila uma questão grave: viveu-se, nessa mobilização, a experiência do não reconhecimento da voz da representação, já que o exercício feito revelou a ausência de uma categoria.

Profª Vera Casa Nova
Profª Laura Beatriz Fonseca de Almeida

NOVA DIRETORIA NA FAFICH

Na última sexta-feira, depois de vencerem dois turnos de eleições diretas, tomaram posse como Diretor e Vice da FAFICH os professores Hugo Amaral e Cecília Stortini. O ponto alto no discurso do novo Diretor foi sua afirmação de que não economizará conflitos para dotar a FAFICH dos recursos necessários para desenvolver suas atividades-fim.

É um jeito de inconformismo ao abandono das Ciências Humanas, pelos sucessivos governos. A FAFICH foi a matriz geradora da UFMG e nela ainda tem um lugar de destaque. É uma reação à tendência à centralização administrativa e financeira da Reitoria e à banalização dos Diretores. A afirmação dos novos dirigentes, se generalizada, revitalizará o Conselho Universitário como instância decisória máxima da UFMG.

Aos eleitos desejamos pleno êxito nas novas funções.

REVISTA CAMINHOS

Em novembro ainda, estará circulando a revista Caminhos nº 2, com artigos de professores de várias unidades da UFMG, que analisam as repercussões da política governamental em setores como Saúde, Agricultura, Relações Exteriores, Economia, Movimento Sindical, Ciência e Tecnologia, entre outros.

A edição trará, ainda, uma entrevista com o professor Carlos Chagas Filho, sobre o impacto do pacote tecnológico do governo, e outra com o atual presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Filgueiras Cavalcante, sobre o momento institucional e o abuso das MPs por parte do Executivo.

A QUESTÃO FINANCEIRA DA ANDES-SN E A MENSALIDADE DA APUBH

Com se sabe, o Plano Collor não só sequestrou poupanças e bloqueou recursos, como congelou nossos salários, de março até setembro. Desta maneira, as receitas das Associações de Docentes, que são vinculadas aos reajustes salariais, ficaram também congeladas pelo mesmo período.

Para a APUBH, que tem praticado desde 1987 uma política realista de arrecadação, a situação tem sido contornada satisfatoriamente, inclusive porque tem o recurso de, se necessário e devidamente autorizada pela AG, lançar mão de suas reservas acumuladas no "Fundo de Mobilização". Além disto, a antecipação salarial de 30% será incorporada automaticamente à mensalidade a partir do próximo pagamento. O montante cobrado de cada professor associado passará de Cr$ 463,96 para Cr$ 603,14.

A situação da ANDES-SN, no entanto, é bastante distinta; para pior! Sustentada, basicamente, pelas AD's das IFES, a ANDES-SN arrecadava, até maio, Cr$ 127,00 de cada associado das AD's federais. Por incrível que possa parecer, o XXI CONAD (Aracajú, junho/90) deliberou reduzir essa quantia para Cr$ 100,00 e congelá-la até o próximo CONAD (Campo Grande, outubro/90), condicionando eventuais reajustes às alterações salariais correspondentes.

Como todos nós sabemos, as despesas cresceram constantemente neste período de congelamento salarial e, no caso da ANDES-SN, com o agravante de coincidir com uma etapa de intensivas atividades ligadas ao esforço de mobilização, pelo menos desde julho. Imagine-se, a título de ilustração, os custos de deslocamento e hospedagem dos cerca de 30 diretores (entre Executiva Nacional e Vice-Presidências Regionais) da entidade para um evento como um Congresso!

Diante deste quadro e preocupada com a saúde financeira de nosso Sindicato Nacional, a Assembléia Geral dos Professores da UFMG do dia 17/10 aprovou a seguinte proposta da Diretoria da APUBH e do Conselho de Representantes, a ser encaminhada à discussão do próximo CONAD: reajustar a mensalidade da ANDES-SN dos atuais Cr$ 130,00 (já incluídos os 30% da antecipação salarial) para um máximo de Cr$ 280,00 a partir de novembro de 90, até o X Congresso a realizar-se em fevereiro de 91, quando a questão será rediscutida em busca de uma solução estrutural.

Se esta proposta ou outra semelhante for aprovada pela plenária do XXII CONAD, os professores filiados à APUBH serão chamados a discutir em Assembléia Geral a situação de nossa arrecadação que se verá reduzida em termos reais. Para que isto não ocorra, em princípio, uma quantia da ordem de Cr$ 150,00 deveria ser agregada à mensalidade de outubro. Entretanto, a Assembléia é soberana para deliberar por soluções alternativas. Seja como for, o importante é garantir o pleno funcionamento do Sindicato Nacional de nossa categoria, sem inviabilizar a entidade local.

Concluindo, uma observação se impõe: na medida em que o Movimento Docente optou por abrir mão de uma forma de luta reivindicatória agressiva - a greve nacional - em favor de uma campanha de ocupação de espaços na mídia, os custos correspondentes vão tender a se multiplicar e, sem recursos, não se viabiliza uma campanha desse tipo; aliás, já deflagrada com a publicação de matérias pagas na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil (pela ANDES-SN, com rateio para as AD"s) e no Estado de Minas (bancada pela APUBH). Também as AD's das Universidades Federais Fluminense e da Bahia, por delegação do Setor das Federais da ANDES, estão preparando campanhas pu-bliciárias nacionais para veiculação na imprensa escrita e na te-levisão. A APUBH já desembolsou mais de Cr$ 1 milhão; somente em outubro, nestas campanhas, conforme decisão da AG.

OS DOCENTES E A GREVE DOS FUNCIONÁRIOS

A Assembléia Geral dos Professores realizada dia 9/10 tirou uma moção de apoio aos funcionários, onde se expressam nossa solidariedade e total repúdio a quaisquer formas de punição ao seu movimento, que veio a se encerrar no dia 12/10. Essa moção foi entregue à Reitora, junto com uma carta da APUBH, tirada em reunião do Conselho Ampliado de Representantes, reiterando nosso entendimento de que a questão deve ser encaminhada através do Conselho Universitário, tendo em vista a autonomia universitária, assegurada pelo artigo 207 da Constituição Federal.

O 10º Encontro da Regional Leste da ANDES-SN (que reúne as AD's de Minas Gerais e Espírito Santo), realizado dias 13 e 14/10, aprovou um documento com o mesmo teor, já encaminhado aos dirigentes das IFES desses estados. Esse documento é ainda mais contundente, na medida em que considera "intolerável" a submissão às determinações repressoras e retaliadoras emanadas do MEC. Além disso, os signitários discutem a crise na Universidade (salários e dotação orçamentária par 1991) e defendem que não será através de medidas punitivas e restritivas que as IFES encontrarão a saída para sua crise institucional. A carta termina com o convite a uma ampla negociação, da qual os docentes se dispõem a participar, no âmbito da Regional Leste.

INFORME NACIONAL

O Setor das Federais, reunido em Brasília dia 19 de outubro, deliberou pelos seguintes encaminhamentos:

1 - Reunião do Setor das Federais (10/11) e Plenária do Setor das Federais e FASUBRA (dia 11/11), com a perspectiva de encaminhar carta conjunta sobre a Campanha Salarial na Data-Base com os demais setores dos Servidores Públicos Federais.
2 - Campanha de Esclarecimento da Opinião Pública Nacional na Globo, SBT e Manchete, a cargo da ANDES-SN e ADUFF. AG's deverão deliberar sobre desconto de 1% do salário bruto dos docentes, para fazer frente aos altos custos de veiculação da campanha.
3 - Audiência da ANDES-SN e FASUBRA com SENESU (dia 29/10), com a presença da SAF (Secretaria de Administração Federal). Nesta reunião, se negociará a incorporação de gratificações (abono da Lei nº 7923-89 e regência de classe) ao piso salarial, como desdobramento das negociações da FASUBRA com o MEC.

XXII CONAD – ANDES SINDICATO NACIONAL
31/10 A 03/11
CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL
CRONOGRAMA PRELIMINAR

Data / Turno	30/10	31/10	01/10	02/10	03/10
Manhã		Seminário "Carreira Docente e Avaliação do Pucrce"	Mesa redonda GT Saúde / 3º Encontro docentes de 1º e 2º grau das IFES	Seminário Comunicação	Grupo misto regionais Tema 4
Tarde	GT's	Seminário "Relações Internacionais"	Grupo Misto Tema 1	Grupo Misto Tema 3	Plenária Tema 1 / Plenária Tema 2
Noite	Reuniões Setoriais	Abertura e Instalação	Setorial Tema 3	Plenária Tema 3	Plenária Tema 4 / Encerramento

Tema 1: Movimento Docente Conjuntura Nacional
Tema 2: Política Educacional
Tema 3: Questões Setoriais
Tema 4: Questões Organizativas Financeiras

Obs.: A APUBH está enviando um delegado e dois observadores para defender suas propostas em Campo Grande.

OS ELEITOS EM OUTUBRO

No Boletim APUBH nº 6 recomendávamos alguns candidatos à Câmara Federal, pelos relevantes serviços prestados às bandeiras históricas do Movimento Docente, especialmente na área de educação pública, funcionalismo federal, direitos trabalhistas, ciência e tecnologia e orçamento. Dos seis nomes recomendados (o que não esgotava a lista dos bons, como sublinhado na ocasião), quatro deles, candidatos à reeleição, foram homenageados pela APUBH, ASSUFEMG e DCE, no Alto Público "Ao Pé do Ipê Vermelho", em 21/09/90: Paulo Delgado, João Paulo, Célio de Castro e Octávio Elísio. Desses, apenas Octávio Elísio não conseguiu se reeleger. Os outros dois nomes da lista também assumirão seus mandatos no Congresso: Sandra Starling e Nilmário Miranda.

A todos os eleitos, o Movimento Docente da UFMG, através da APUBH, deseja o mesmo sucesso que sempre tiveram na vida pública, construído pelo trabalho, pela dedicação, pelo respeito aos compromissos assumidos e pela postura de independência e coragem.

Ao Octávio, especialmente, e aos demais companheiros que não obtiveram o mesmo sucesso, nossa solidariedade e nossos votos para que desenvolvam, fora do Congresso Nacional ou da Câmara Estadual, o mesmo trabalho sério e honesto que sempre os caracterizou.

boletim apubh Publicação quinzenal da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte. Distribuição gratuita. Tiragem 3.000 exemplares. **Correspondência:** Rua Carangola, 300, salas 1 e 2, Santo Antônio - Tel.: (031) 342-3504 – Fax: (031) 344-3642 – CEP 30350 - Belo Horizonte, Minas Gerais. **Diretor Responsável:** José Henriques Maia Filho. **Edição:** Eliane Facion Reg. Prof. nº 2199 - MG e Marcus Vinícius da Silva (estagiário). **Gerência:** Vânia Macedo Reis. **Apoio:** Fernanda Veloso Torres e Mary Oliveira de Assis. **Diagramação, Composição a Laser, Artefinalização e Fotolito:** Memória Editoração Eletrônica Ltda - 484-2349.

Diretoria da Apubh - Gestão 89/91
Elias Antônio Jorge (Presidente); José Henriques Maia Filho (1º Vice); Domingos A. Giroletti (2º Vice); Laura Stella Míccoli (1ª Secretária); Herzília M. de Lima Bastos (2ª Secretária); José Maurício Machado da Silva (1º Tesoureiro); José Antônio Armanelli (2º Tesoureiro); Paulo Augusto Moreira Camargos (1º Suplente); Pompea Peret Brito da Rocha (2ª Suplente).